



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005568-60.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **André Luiz Vieira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

VISTOS

ANDRÉ LUIZ VIEIRA (R.G. 43.603.640-x), com dados qualificativos nos autos, foi pronunciado como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, inciso I, do Código Penal, porque no dia 7 de junho de 2013, por volta de 21h50, na Rua Nossa Senhora Auxiliadora, defronte ao nº 1003, bairro de Santa Felícia, nesta cidade, matou, por motivo torpe e mediante golpes de faca, **Fábio Aparecido Bernardelli**, conforme laudo de exame necroscópico de fls. 102/104.

Nesta data, submetido a julgamento, os Senhores Jurados rejeitaram a tese da negativa de autoria que foi sustentada em plenário, negando também a absolvição do réu, acolhendo, em seguida, a qualificadora do motivo torpe.

Atendendo a essa decisão do Conselho de Sentença passo a fixar a pena ao réu.

Considerando todos os elementos formadores do artigo 59, do Código Penal, que o réu é primário, aplico-lhe desde logo a pena mínima de doze anos de reclusão e a torno definitiva à falta de circunstâncias modificadoras.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

CONDENO, pois, **ANDRÉ LUIZ VIEIRA**, à pena de **12 (doze) anos de reclusão**, por ter transgredido o **artigo 121, § 2º, inciso I, do Código Penal**.

Iniciará o cumprimento da pena no **regime fechado** nos termos do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 8.072/90, com a redação da Lei 11.434/07.

Como o réu está preso preventivamente, assim deve continuar, especialmente agora que está condenado, não podendo recorrer em liberdade.

Recomende-se-o na prisão em que se encontra.

Por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita fica desobrigado do pagamento da taxa judiciária.

Dá-se a presente por publicada em plenário.

Registre-se e comunique-se.

São Carlos, Sala Secreta das Decisões do Tribunal do Júri, aos 26 de agosto de 2014, às 21h55.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA